

Janeiro 2025

EIXO 2 – DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA INTERNACIONAL

Internet e Governança na América Latina e Europa: Democracia versus Autoritarismo

Arnaldo de Santana Silva



Ficha Técnica

Coordenação Geral

Cláudia Alvarenga Marconi - *Coordenadora Acadêmica*

Rafael de Souza Nascimento Miranda - *Coordenação Executiva*

Coordenação dos Eixos de Pesquisa

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi

União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen

Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto

Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos

Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Sobre o autor

Arnaldo de Santana Silva

Advogado, Mestrando em Relações Internacionais (UFABC), Bacharel em Direito (UCSal) e Relações Internacionais (UNILAB), Especialista em EDH (UFABC) e em Direitos Humanos e Contemporaneidades (UFBA).

E-mail: arnaldo.ssantanas@gmail.com

Índice

Sumário Executivo.....	6
Uso da internet como ferramenta política.....	7
O duplo papel da internet na política contemporânea: inclusão e exclusão.....	7
A internet e a propagação do discurso conservador.....	8
A internet como ferramenta de governos autoritários.....	10
Manipulação de informação e controle do discurso.....	10
Internet shutdowns e suas implicações.....	11
Considerações finais.....	12
Referências bibliográficas.....	14

Sumário Executivo

Este relatório examina como os processos políticos são afetados pela internet e pelas mídias sociais. A internet apresenta oportunidades e desafios para a democracia e os direitos humanos. Embora possa aprimorar valores democráticos como participação e acesso à informação, também levanta sérias preocupações sobre a disseminação de desinformação, manipulação eleitoral e seu uso como tecnologia de repressão. Inicialmente, esperava-se que a internet fortalecesse os processos democráticos, mas ficou claro que ela também tem desvantagens significativas, pois pode ajudar forças antidemocráticas a disseminar suas mensagens e também pode servir como uma ferramenta nas mãos de governos autoritários para manipular informações, controlar o discurso e reprimir oponentes. Este relatório se baseia em exemplos recentes da América Latina e da Europa para mostrar essas diferentes facetas do impacto da internet nos processos políticos em contextos democráticos e autoritários. O relatório ilustra, portanto, que a digitalização e a disseminação de novas tecnologias de informação e comunicação são processos importantes que devem ser levados em consideração para a análise acadêmica, mas também para a promoção prática da democracia, dos direitos humanos e da justiça internacional.

Uso da internet como ferramenta política

Este relatório examina a influência da internet nos processos políticos democráticos. A internet é um mecanismo de comunicação contemporâneo, nascido no período da Guerra Fria, que evoluiu após esse período, trazendo inovações que tornaram as formas de comunicação mais eficazes e céleres. Atualmente, é considerada um dos instrumentos mais importantes para a globalização e, mais recentemente, tornou-se central para a política.

Sua dinâmica pressupõe a articulação de meios para que a informação chegue e promova debates e inclusão. Contudo, seu espaço também pode revelar desigualdades e exclusão. Por vezes, é um espaço no qual regimes democráticos e autoritários disputam narrativas e influenciam as dinâmicas de poder, contribuindo tanto para o fortalecimento de regimes populistas e autoritários quanto para a criação de formas inovadoras de inclusão e assistência, articuladas com governanças que tenham atenção às minorias sociais e às desigualdades vivenciadas em seus territórios.

O uso estratégico da internet tem redefinido as práticas políticas e possibilitado tanto a mobilização cidadã quanto o fortalecimento de mecanismos que atuam para reprimir determinadas demandas, especialmente em locais e governanças que se revelam autoritárias e violentas a grupos sociais que não se alinham aos interesses do governo. É interessante observar que, no debate acadêmico sobre o tema, inicialmente se esperava que a internet fortalecesse a democracia. Porém, em tempos recentes, devido ao declínio democrático e à ascensão do populismo, do nacionalismo e do autoritarismo (Chatterje-Doody & Weiffen, 2023), ficou cada vez mais claro que ela também tem consequências negativas. Aqui, exploramos a internet como um benefício e um risco para a democracia, considerando como ela pode ampliar a participação política, mas também ameaçar direitos fundamentais. Essa abordagem é justificável pelo impacto direto da governança digital sobre as instituições democráticas e pelos desafios colocados à liberdade de expressão e à transparência em sistemas políticos globais.

O presente relatório tem como foco analisar o impacto da internet nos processos eleitorais mais recentes, considerando que ela seria uma ferramenta vital no desenvolvimento de campanhas eleitorais e na remodelação da forma como a política é realizada nos países. Em específico, os casos atuais da Romênia e da Venezuela refletem essas perspectivas e implicam na forma com que as eleições têm sido formatadas, permitindo que candidatos antes

subestimados, avancem na dinâmica eleitoral e não sejam devidamente identificados pela especulação tradicional, resultando em uma renovação da forma como o candidato eleitoral se relaciona com o público por meio das redes sociais e, principalmente, da comunicação popular contemporânea.

O duplo papel da internet na política contemporânea: inclusão e exclusão

Os avanços promovidos pelo digital criaram novas formas e possibilitaram que estas pudessem ser reproduzidas e utilizadas pelos mais diversos grupos no sentido de promover educação, revelar desigualdades que nem sempre são possíveis de serem visualizadas e disseminar ideias, se mostrando como um mecanismo que propicia à sociedade uma melhor participação e formas mais diretas de denúncia, principalmente em casos de violência. Através das redes sociais e plataformas digitais, a organização de protestos e campanhas tem sido possibilitada de forma mais célere, especialmente por cidadãos, como observado na Primavera Árabe, e tem se revelado como uma forma de diversificar a promoção de campanhas eleitorais, tornando-as mais inclusivas em diversas partes do mundo (Weiffen, et al. 2022).

Porém, em sociedades democráticas, essas ferramentas digitais também estão sendo usadas por grupos extremistas que buscam deslegitimar instituições democráticas, atacar direitos humanos e grupos minoritários e defender soluções políticas autoritárias. A extrema direita em particular tem conseguido tirar vantagem de plataformas de mídia social como o X (antigo Twitter), YouTube e Facebook. Além disso, a internet se consolidou como uma ferramenta poderosa para que regimes autoritários se firmassem e consolidassem o poder, manipulando informações e reprimindo dissidências (Mirzoyan, 2023; Weiffen, 2024).

Na União Europeia, a ascensão de movimentos de extrema direita, como os observados na França e na Itália, e mais recentemente na Alemanha, Romênia, Portugal e em diversas tentativas eleitorais desenvolvidas desde o início da década de 2010, exemplifica como líderes políticos utilizam as plataformas digitais para moldar narrativas e mobilizar eleitores, sendo importante ressaltar que a dinâmica aplicada para o autoritarismo, em regra, implica a consolidação de um anseio popular e propagação de informações que ressaltam medos vivenciados pela comunidade mesmo que, em grande

parte das vezes, seja sem fundamento. As redes sociais, como o X, Facebook, YouTube e TikTok, tornaram-se ferramentas essenciais para difundir mensagens ultraconservadoras e nacionalistas, explorando algoritmos que amplificam conteúdos polarizantes e favorecem a segmentação do público (Chatterje-Doody & Weiffen, 2024).

Na América Latina, por outro lado, o uso político da internet também apresenta uma dinâmica complexa que ressalta o mesmo desenvolvimento apresentado no contexto europeu, demonstrando-se uma ferramenta capaz de influenciar o contexto político nacional, frequentemente vinculada ao poder econômico de seus usuários, especialmente com a comercialização das redes e delegação de uma comunicação pública patrocinada por mecanismos plataformizados liberais (Weiffen, 2024). Assim como no caso dos países da União Europeia, grupos conservadores e de direita têm utilizado cada vez mais as mídias sociais para disseminar suas mensagens excludentes e mobilizar seus apoiadores. Enquanto movimentos sociais progressistas utilizam as plataformas para resistir a regimes autoritários, denunciando internacionalmente violações que ocorrem rotineiramente em seus países na busca pela promoção de direitos humanos, os governos empregam essas mesmas ferramentas para reforçar o controle estatal, sob o discurso do controle da desinformação, e impossibilitam que as vozes do movimento ecoem quando se trata de denúncias. Dessa forma, toda a narrativa é desenvolvida a partir do controle estatal, e não a partir da vivência popular (Mirzoyan, 2023).

Ao observarmos de forma breve a dinâmica venezuelana, o relatório “Twitterzuela,” apresenta como as narrativas oficiais foram artificialmente impulsionadas, minando o debate público e deslegitimando vozes dissidentes (Probox, 2021). Essa forma de utilização de recursos plataformizados para desenvolvimento de uma prática global de silenciamento de movimentos sociais e manipulação da informação tem sido propaganda para outras nações, sendo investigadas tanto na academia como por movimentos locais. Tais práticas podem ser identificadas em diversos contextos – sendo aqui considerada uma forma de fomentar o retrocesso da democracia e validar conceitos que são segregadores e violentos para toda a comunidade – mas têm surtido efeitos especialmente sobre grupos que são socialmente mais frágeis diante das estruturas que minimizam sua participação política, social e econômica.

Assim, o impacto da internet na política vai além da disseminação de discursos, tanto por envolver a manipulação ativa de processos democráticos que foram recentemente implementados, como por ressaltar sua fragilidade para a sistemática

internacional contemporânea (Mirzoyan, 2023). Práticas como o uso de bots, campanhas de desinformação e manipulação de algoritmos para priorizar determinadas narrativas têm enfraquecido a confiança nas instituições democráticas e polarizado ainda mais as sociedades. Essa manipulação é frequentemente articulada por governos autoritários, que utilizam tecnologias digitais para criar uma hegemonia informacional, restringindo o acesso a conteúdos contrários aos interesses estatais (Weiffen, 2024).

Pesquisas indicam que regimes autoritários têm exportado tecnologias de vigilância digital e controle populacional para outros países, incluindo os da América Latina, Oriente Médio e Europa Oriental, ampliando o alcance de práticas como censura e espionagem em larga escala (Schneider, 2023). Esses modelos também influenciam diretamente democracias frágeis, onde a ausência de regulação efetiva permite a escalada de tais práticas (Weiffen, 2024).

Podemos indicar que a internet possibilita novas formas de participação política e social, promovendo educação e ampliando o alcance de movimentos sociais por meio de seu uso e das suas ferramentas. Porém, mesmo ao ampliar o alcance de vozes marginalizadas e auxiliar na promoção da mobilização coletiva, ela também intensifica desafios que são vivenciados pela democracia, se apresentando como uma ferramenta poderosa para regimes autoritários consolidarem o controle estatal e reprimir dissidências, manipulando informações e restringindo liberdades individuais. A polarização, intensificada por algoritmos que priorizam conteúdos extremos, fomenta bolhas informacionais que dificultam o diálogo e reforçam divisões sociais (Schneider, 2023). Essa dinâmica é evidente tanto em democracias consolidadas quanto em regimes híbridos, evidenciando a necessidade urgente de regulação que promova transparência e salvguarde os princípios democráticos (Mirzoyan, 2023).

A internet e a propagação do discurso conservador

A internet, mais recentemente, tem sido utilizada e consolidada como uma estrutura propícia à disseminação de discursos conservadores, propagados em diferentes contextos políticos e geográficos. A extrema direita e grupos conservadores, em especial, têm aproveitado o alcance global das redes e plataformas digitais para construir narrativas e reforçar os valores que mobilizam seu discurso (nacionalistas, identitários

e contrários aos direitos humanos universais), o que se revela, diante de análises críticas, como uma estratégia apoiada na internet para maximizar o impacto de suas campanhas políticas e fomentar o desenvolvimento da desinformação (Schneider, 2023).

Assim, torna-se possível afirmar que as narrativas conservadoras na internet, além de reforçar valores tradicionais, também utilizam de ferramentas tecnológicas para alcançar objetivos políticos específicos. Essas dinâmicas de priorização de conteúdos polarizantes são alimentadas por algoritmos que operam em função de engajamento, maximizando a visibilidade de narrativas controversas. Essa lógica reflete a relação intrínseca entre tecnologia e política, onde as ferramentas digitais não apenas amplificam mensagens, mas também moldam a maneira como as sociedades interpretam e reagem a elas. Os algoritmos, nesse sentido, exercem uma função fundamental para que conteúdos polarizantes sejam priorizados e campanhas de desinformação sejam coordenadas, de forma a fortalecer uma estrutura onde o uso de bots tem se tornado uma prática comum. Esse fenômeno se revela como uma estratégia particularmente eficaz em cenários de crise, pois é quando o público está mais suscetível a mensagens que prometem estabilidade e segurança.

Embora os usos da internet em contextos políticos diversos, como o da União Europeia e da América Latina, compartilham características similares, amplificando narrativas polarizadoras, os contextos regionais revelam diferenças importantes. Na Europa, a ênfase está na rejeição a instituições supranacionais e na promoção de valores nacionalistas, enquanto na América Latina, o foco recai na manipulação estatal direta e na repressão. Nestes casos, as plataformas desempenham um papel central na formação do discurso polarizador, mobilizando as massas e seduzindo parte da comunidade a partir dos valores tradicionais, apelando para o medo, reforçando valores oriundos de discursos higienistas e, frequentemente, atacando princípios democráticos universais – especialmente àqueles que atinam aos direitos humanos internacionais – refletindo tanto o potencial inclusivo quanto os perigos do uso desregulado da tecnologia digital no âmbito político.

De forma mais direta, é possível compreender que algoritmos de plataformas como Facebook e YouTube priorizam conteúdos polêmicos e criam bolhas informacionais, ampliando a visibilidade de discursos extremistas. Por exemplo, na Romênia, o TikTok teve papel crucial na propagação das mensagens ultraconservadoras do candidato presidencial Calin Georgescu, enquanto na Venezuela utilizaram-se bots e desinformação para consolidar narrativas governamentais alinhadas ao poder, deslegitimando oposições.

As retóricas dos discursos conservadores na internet se estruturam, regularmente, em torno da combinação de elementos que envolvem medo, insegurança e identidade. Na União Europeia, partidos de extrema direita têm utilizado plataformas digitais para sustentar mensagens ultraconservadoras que ressoam entre populações economicamente desfavorecidas ou socialmente polarizadas, se revelando como fundamentais para o fortalecimento dos movimentos ultraconservadores na região. Muitos exemplos mostram que o avanço da extrema direita tem sido impulsionado pelo uso estratégico das plataformas digitais, desencadeando no crescimento de lideranças ultraconservadoras especialmente em campanhas eleitorais e mobilizações sociais.

Em regra, os discursos seguem na linha de ataque a institutos como o da migração e ao modelo sistêmico internacional e regional aplicado ao país, mas não se limitam a essas formas institucionais, tendo apelo também ao formato com que movimentos progressistas buscam o bem-estar social. É comum, nesse tipo de discurso conservador, a indicação de que os valores nacionais são originários das pessoas que ali viveram desde seu nascimento.

Um caso recente que destaca essa dinâmica é o da Romênia. Em sua campanha para as eleições de 2024, o candidato presidencial Calin Georgescu, praticamente desconhecido pelo eleitorado, utilizou as redes sociais para construir narrativas baseadas em nacionalismo, valores cristãos e desconfiança em instituições europeias. Relatos oriundos de matérias jornalísticas, reportados por meios de comunicação como a BBC (2024) e a Euronews (2024), indicaram que a combinação entre desinformação, apelos ao medo e à rejeição a valores liberais foram essenciais para que as narrativas fossem moldadas, ressoando entre povos economicamente vulnerabilizados. Além disso, o caso das eleições presidenciais na Romênia exemplificou como as plataformas, especialmente o TikTok, têm sido utilizadas para propagar e amplificar mensagens polarizadoras e nacionalistas. Apoiando-se em algoritmos que promovem conteúdos polarizantes e consolidam bolhas informacionais, as plataformas limitam o debate público e ampliam o alcance de discursos contrários à democracia (Weiffen, 2024; Mirzoyan, 2023).

Além disso, o cenário digital romeno reflete um padrão comum em democracias emergentes na União Europeia, onde a desinformação é usada para desacreditar opositores e deslegitimar agendas contrárias aos discursos populistas empregados pelos candidatos. Isso implica a compreensão de como os algoritmos de algumas plataformas (como o da Meta e o do próprio YouTube) têm sido importantes para grupos que amplificam mensagens extremistas por meio de bolhas informacionais que separam dissidências de agressores, polarizando o espaço

digital e fortalecendo esse contexto ultraconservador na região. O impacto desse processo é visível na crescente polarização política e no enfraquecimento da confiança pública nas instituições democráticas, especialmente entre populações economicamente vulneráveis. Ele tem sido replicado em outros países, especialmente naqueles onde forças conservadoras e populistas chegaram ao poder e onde esses governos sofreram algum tipo de sanção ou retaliação de instituições regionais ou superiores, além de terem sido alvo de movimentos sociais. Essa realidade tem sido observada tanto no contexto húngaro como no polonês em anos recentes (Mirzoyan, 2023).

É importante ressaltar também que o uso da internet para a promoção de discursos conservadores e a manipulação de informações têm implicações profundas no debate público, pois há regimes que exportam tecnologias de vigilância digital e controle populacional, influenciando diversas organizações estatais democráticas, sejam elas estáveis ou frágeis. Várias das contribuições compiladas por Schneider (2023) ressaltam que esses modelos passam a incluir a censura seletiva, a espionagem em larga escala e o controle algorítmico de narrativas como estratégias, gerando uma segmentação algorítmica de audiências e criando bolhas informacionais que isolam indivíduos de visões divergentes, reforçando o espaço dos preconceitos e dificultando a construção de consensos.

Mirzoyan (2023) indica que essa dinâmica contribui para a polarização política e mina a coesão social, desafiando os valores democráticos que devem ser superiores aos implicados nos discursos conservadores. Além disso, a ausência de regulação efetiva agrava esse eixo que polariza politicamente as bolhas informacionais, isolando não somente as perspectivas políticas, mas também o próprio debate público, causando seu esvaziamento. Embora esses desafios destaquem como as plataformas digitais se desenvolveram e se mantêm ativas no cenário mais amplo, também indicam que grupos marginalizados ainda utilizam esses recursos como forma de resistência e mobilização para suas atividades, atribuindo uma dupla visualização do papel político da internet contemporaneamente.

A internet como ferramenta de governos autoritários

Além de empoderar atores conservadores e antidemocráticos, ajudando-os a minar a democracia, as ferramentas digitais podem servir como tecnologia de repressão nas mãos de governos autoritários (Weiffen, 2024). Eles se envolvem na repressão

digital de indivíduos e grupos sociais, restringindo o acesso a sites ou censurando conteúdo considerado inconveniente. No entanto, a censura digital não se limita a filtrar conteúdo crítico ao regime; os governos autoritários também têm usado cada vez mais os canais de comunicação disponíveis para espalhar propaganda e desinformação. Além disso, eles usam interrupções deliberadas no acesso à internet para seus fins, por exemplo, para bloquear a organização de protestos, frear o livre fluxo de informações ou manipular os resultados no dia da eleição.

Manipulação de informação e controle do discurso

Governos com inclinação autoritária frequentemente adotam táticas de censura seletiva e vigilância digital, restringindo o acesso a informações que desafiam suas agendas. Essas práticas não apenas consolidam o poder desses governos, mas também enfraquecem a capacidade da sociedade civil de reagir e organizar resistências efetivas. Simultaneamente, movimentos sociais utilizam as plataformas digitais para denunciar abusos de direitos humanos e organizar resistências, como observado em crises recentes. Contudo, a comercialização de espaços digitais por meio de anúncios patrocinados e a repressão governamental limitam o alcance dessas iniciativas (Mirzoyan, 2023).

No contexto latino-americano, essa dinâmica também é evidente. Regimes autoritários, como o da Venezuela, instrumentalizam a internet para consolidar narrativas oficiais, utilizando campanhas de desinformação para neutralizar a oposição. No caso da Venezuela, o governo de Nicolás Maduro transformou as redes sociais em uma extensão do aparato estatal, utilizando plataformas como o Twitter (agora X) para reforçar a propaganda oficial e monitorar opositores. A adoção dessas estratégias digitais na consolidação do controle estatal e na supressão de dissidências foi ilustrada pela pesquisa intitulada “Twitterzuela”, que mostra como a manipulação digital foi institucionalizada, criando uma fachada de apoio popular por meio de bots e campanhas automatizadas, ao mesmo tempo em que restringe o acesso a informações independentes por meio de censura seletiva e vigilância digital (Probox 2021).

A estratégia do “Twitterzuela” demonstrou como governos podem manipular tendências digitais para dar a impressão de apoio popular, enquanto silenciam vozes importantes e diversas (Probox, 2021). Isso tende a ilustrar a forma como as plataformas digitais foram e têm sido empregadas para a manipulação tanto do que é visto popularmente como tendência, como também para simular ou criar uma aparência de apoio popular, que em regra não é assim

desenvolvido. Nesta mesma pesquisa, há a afirmação de que o uso de bots e campanhas automatizadas pelo governo Maduro reforçou narrativas oficiais e silenciou vozes dissidentes, deslegitimando o debate público, conforme mencionado acima (Probox, 2021).

Internet shutdowns e suas implicações

Shutdowns de internet (significando interrupções deliberadas no acesso à rede), se tornaram uma ferramenta recorrente de repressão tanto em regimes autoritários como em cenários de conflito para o controle do fluxo de informações e silenciamento de atores que contrapõem os interesses dos líderes ou grupos fortalecidos, que detêm o poder. Essa prática envolve a interrupção total ou parcial de redes de comunicação, com o objetivo de restringir o fluxo de informações e controlar a narrativa impregnada no desenvolvimento de protestos, eleições ou crises sociais. Embora frequentemente justificados como medidas de segurança nacional, as interrupções representam uma grave ameaça à democracia, aos direitos humanos, à economia global e à participação política (Freedom House, 2022). Por limitar o acesso às redes digitais, os governos impedem a organização de manifestações e o compartilhamento de informações críticas, exacerbando vulnerabilidades de povos marginalizados, especialmente em regiões onde a internet é essencial para acesso a serviços básicos, como saúde e educação (Weiffen, 2024).

Em escala internacional, os shutdowns de internet têm se intensificado, com implicações diretas para a liberdade de expressão e o acesso à informação, conforme ressaltado nos relatórios confeccionados por movimentos da sociedade civil, como o caso da campanha #KeepItOn, que evidenciam que esses cortes são usados para sufocar manifestações e silenciar dissidências políticas, limitando a capacidade de organização da sociedade civil. Países como Índia, Mianmar, Sudão e Etiópia lideram o ranking de shutdowns em contextos de protestos civis, limitando a circulação de informações críticas e sufocando movimentos de oposição, mesmo quando de forma parcial (Access Now, 2023).

Os shutdowns seletivos de internet foram frequentemente usados pelo governo venezuelano durante protestos e eleições, dificultando a organização de movimentos discordantes e limitando a visibilidade de denúncias internacionais. Essa repressão digital ocorre, nesse caso, em um contexto de crise humanitária, onde a internet é uma ferramenta vital para acessar ajuda e expor violações de direitos humanos (Mirzoyan, 2023), ressaltando que a manipulação digital, nesse caso, está intrinsecamente ligada à repressão política, minando a democracia.

O exemplo mencionado no presente caso, ressalta o uso de shutdowns seletivos para dificultar a mobilização popular durante protestos e eventos eleitorais, visando ressaltar a hegemonia informacional da nação e impactando de forma direta tanto a construção de narrativa para que mecanismos internacionais possam ser acionados ou que o clamor popular seja devidamente mobilizado, sufocando a forma como os movimentos se estruturam e impossibilitando, diante da ausência de recursos ou mecanismos de acesso e inclusão, o desenvolvimento de uma estrutura plural e participativa do modelo, que passa a ser utilizado como base para repressão e punição (Probox, 2021; Weiffen, 2024).

Além de restringir direitos humanos, essas interrupções também trazem consequências significativas para a economia global e a governança. De acordo com o relatório da Freedom House (2022), os países que recorrem a essas práticas de interrupção na conectividade frequentemente enfrentam perdas que superam o bilhão, especialmente por interromperem negócios, que têm sido difundidos de forma digital atualmente, ou mesmo ao enfraquecer o seu prestígio no cenário internacional com as empresas que já possuem relação e seus investidores. No âmbito político, os shutdowns enfraquecem processos democráticos, afetando diretamente a transparência e a legitimidade que esses processos necessitam para sua validação internacional, o que é ressaltado nas contribuições no livro organizado por Schneider (2023) como prática que silencia vozes dissidentes, impedindo o monitoramento e o acompanhamento de organismos internacionais acerca do processo político e que também prejudica a livre circulação de informações. Essa vertente fortalece regimes autoritários e se pauta na eliminação de bases para uma prestação de contas (*accountability*) eficaz e válida, gerando desconfiança pública institucional. Um exemplo interessante dessa prática é o caso nigeriano, no qual o corte de acesso à internet durante as eleições de 2020 alarmou a população e refletiu a dinâmica negativa de perdas vinculadas aos investimentos direcionados ao país em questão, além de ter efeitos generalizados, pois também prejudicam a construção de uma imagem global de confiança.

Os shutdowns, economicamente, não apenas afetam as atividades existentes, mas também comprometem o desenvolvimento infraestrutural tecnológico em países que já enfrentam desafios significativos, como é o caso de países no continente africano, por exemplo. Schneider (2023) aponta que os shutdowns criam um ambiente de incerteza para investidores em tecnologia e infraestrutura digital, desencorajando sua manutenção e expansão tanto para redes como para serviços essenciais. Esse impacto é mais recorrente e evidente em países da América Latina, mas também

se manifesta em países africanos, pois projetos para expandir o acesso à internet são deixados de lado diante da instabilidade política e das medidas repressivas adotadas por alguns governos.

Ainda, tratando-se das populações vulnerabilizadas, muito da economia (ou também Gig Economy) reflete os avanços e retrocessos oriundos de trabalhos plataformizados que remetem ao regular, porém, sem a intervenção dos direitos trabalhistas locais, o que imputa certa informalidade diante da aplicação de regras que são diversas em localidades onde não seria adequado aplicá-las. Um exemplo dessa perspectiva se revela com a uberização das relações de trabalho que vinculam motoristas às plataformas sem lhes garantir direitos básicos em nações que são pautadas no bem-estar social, como é o caso brasileiro. Outro exemplo, que já foi mencionado anteriormente, é o da Venezuela que diante dos shutdowns seletivos, prejudicou o desenvolvimento das atividades laborais de pessoas que trabalham por aplicativos, especialmente de entregas, o que teve impacto direto na situação econômica do país que já não se via positiva (Probox 2021).

Para além dessa perspectiva, que é mais recorrente em centros urbanos, tem-se as comunidades rurais, indígenas e periferias, que por vezes se veem limitadas quanto ao acesso a esses recursos, uma vez que dependem fortemente de conectividade digital para a execução de alguns serviços governamentais pautados na governança digital. Isso revela o aprofundamento de uma interseccionalidade nessa perspectiva dos interrompimentos de conexão no contexto de aprofundamento das desigualdades sociais e regionais vivenciadas nos países. Portanto, são necessárias soluções globais que protejam esses direitos digitais e que baseiem suas práticas na inclusão além do nível político e também em meios econômicos adequados.

Embora as implicações dos shutdowns sejam amplamente reconhecidas, as respostas das instituições internacionais têm sido limitadas, sobretudo pela falta de mecanismos vinculantes e que responsabilizem tanto os governos que usam desses recursos como pela ausência de regras aplicáveis aos casos de forma abrangente. Organizações internacionais, como a ONU, e ONGs, como a Freedom House, têm denunciado a prática, mas é urgente a criação de padrões globais que promovam a transparência e a prestação de contas no uso de tecnologias digitais (Mirzoyan 2023).

Considerações finais

O impacto da internet na política contemporânea é, ao mesmo tempo, inclusivo e contraditório, funcionando como um espaço de mobilização cidadã e de disseminação de práticas autoritárias. Este relatório analisou como regimes democráticos e autoritários têm explorado a internet para moldar narrativas, manipular processos eleitorais e consolidar estruturas de poder. Assim, concluímos que o desenvolvimento democrático enfrenta transformações profundas, marcadas por desafios e oportunidades dentro de um contexto social e econômico global dinâmico e cíclico.

Os casos aqui apontados tendem a oferecer exemplos emblemáticos sobre como a internet tem sido utilizada tanto para promover agendas políticas conservadoras quanto para consolidar regimes políticos autoritários em sua estrutura atual. O uso da internet como ferramenta política e instrumento de controle se torna evidente, apresentando distinções nas dinâmicas de propagação e execução, mas revelando igualmente os desafios que as democracias precisarão superar no presente século XXI.

Em perspectiva comparativa, importa ressaltar que os casos analisados revelam dinâmicas distintas no uso da internet. Na Romênia, a internet foi instrumentalizada para influenciar eleições por meio de narrativas populistas, enquanto na Venezuela, funcionou como ferramenta de controle estatal e censura. A decisão judicial de anular o primeiro turno das eleições na Romênia, devido à interferência russa, reflete os desafios da transparência digital (The Guardian, 2024). Por outro lado, a crise humanitária venezuelana intensifica os efeitos das práticas repressivas, tornando a internet vital para a sobrevivência de comunidades vulneráveis. Ambos os casos, contudo, ilustram como atores políticos podem utilizar as redes digitais tanto para amplificar narrativas políticas quanto para reprimir a oposição, convergindo para a manipulação digital, controle estatal e exploração das vulnerabilidades tecnológicas para moldar como a dinâmica e o poder político serão gerenciados e enfraquecer o processo democrático previamente implementado nos Estados.

A análise evidencia que práticas como desinformação, manipulação algorítmica e interrupções de acesso à internet não apenas comprometem a transparência política e os direitos humanos, mas também geram impactos econômicos e sociais significativos. Desde perdas financeiras bilionárias causadas por shutdowns até o enfraquecimento de infraestruturas digitais em países vulneráveis, os desafios associados à governança digital são amplos e interconectados.

Apesar disso, a internet permanece como um espaço de resistência e mobilização para movimentos sociais, que utilizam as plataformas para denunciar abusos e promover direitos humanos. No entanto, a ausência de uma governança digital global robusta e transparente permite que práticas repressivas e interesses corporativos limitem constantemente esses avanços.

Este relatório demonstra como a internet pode atuar simultaneamente como uma força democratizadora, uma ferramenta para disseminar discursos conservadores e antidemocráticos, e um instrumento de repressão nas mãos de governos autoritários. Enquanto o caso da Romênia exemplifica a segunda dinâmica – o uso estratégico das plataformas digitais para a ascensão de lideranças populistas – o caso da Venezuela evidencia a terceira dinâmica, a utilização da internet pelo governo como ferramenta para consolidar narrativas autoritárias e silenciar oposições. Ambas as dinâmicas reforçam a urgência de uma governança digital global que promova transparência, direitos humanos e a liberdade de expressão. Conclui-se que é essencial o estabelecimento de padrões internacionais de governança digital que promovam a transparência, restrinjam o abuso de algoritmos e assegurem a proteção dos direitos digitais. Sem mecanismos regulatórios eficazes, a internet continuará sendo um campo de disputa para narrativas conflitantes, amplificando polarizações, enfraquecendo democracias e restringindo liberdades fundamentais.

Por fim, sem avanços significativos na regulamentação e no uso ético da tecnologia digital, a internet permanecerá dividida entre seu potencial inclusivo e os riscos autoritários. Ainda assim, ela segue como um espaço essencial para a resistência cidadã, a promoção de direitos humanos e a construção de democracias mais inclusivas.

Referências bibliográficas

ACCESS NOW. Shrinking Democracy, Growing Violence: Internet shutdowns in 2023. 2023. Disponível em: <https://www.accessnow.org/wp-content/uploads/2024/05/2023-KIO-Report.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2024.

BBC. Far-right candidate takes shock lead in Romania presidential election. 25 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c9dlw5pq967o>. Acesso em: 08 dez. 2024.

CHATTERJE-DOODY, Precious; Weiffen, Brigitte. Autocracia, populismo e nacionalismo: desafiando a democracia, perturbando as relações internacionais? São Paulo: Instituto Brasil – União Europeia/FECAP, 2023. Disponível em: https://europa.fecap.br/wp-content/uploads/2023/06/Report-2_Autoritarismo_23pgs_V2.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.

EURONEWS. Far-right populist Calin Georgescu enters Romania's presidential runoff with most votes. 15 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.euronews.com/my-europe/2024/11/25/populist-calin-georgescu-takes-surprise-lead-in-romania-presidential-election>. Acesso em: 08 dez. 2024.

FREEDOM HOUSE. Freedom on the Net 2022. Countering an Authoritarian Overhaul of the Internet. 2022. Disponível em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-10/FOTN2022Digital.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

MIRZOYAN, Armen. Digital Authoritarianism as a Modern Threat to Democratic Stability: Restriction of Freedom or Network Politicization? Journal of Political Science: Bulletin of Yerevan University, v. 2, n. 3(6), p. 62-75, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46991/JOPS/2023.2.6.062>. Acesso em: 08 dez. 2024.

PROBOX. Twitterzuela 2021: Propaganda y Desinformación como Política de Estado. Informe Anual 2021. Disponível em: https://proboxve.org/wp-content/uploads/2022/10/ProBox_Twitterzuela-2021-Propaganda-y-Desinformacion-como-Politica-de-Estado.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.

SCHNEIDER, Aaron (org.). Soberania popular na era digital. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2024/05/SOBERANIA-POPULAR-NA-ERA-DIGITAL-livro-online.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2024.

THE GUARDIAN. Shock as pro-Russia independent wins first round of Romanian election. 25 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/nov/25/calin-georgescu-romania-election-hard-right-candidate>. Acesso em: 08 dez. 2024.

WEIFFEN, Brigitte; Battistuzzi Penachioni, Júlia; Monteiro Danese, Paula; de Santana Silva, Arnaldo; Rabello de Lima, Gabriela; Siman, Tainá; Almeida Ramos, Vitória. Democracia, direitos humanos e justiça internacional: avanços e retrocessos. São Paulo: Instituto Brasil – União Europeia/FECAP, 2022. Disponível em: <https://europa.fecap.br/wp-content/uploads/2022/11/Democracia-direitos-humanos-e-justica-internacional-avancos-e-retrocessos-v2-corrigido.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2024.

WEIFFEN, Brigitte. Ondas Globais de Mudança: Traçando a Ascensão e o Declínio da Democracia. São Paulo: Instituto Brasil – União Europeia/FECAP, 2024. Disponível em: https://europa.fecap.br/wp-content/uploads/2024/11/Report-5-eixo-2-outubro-2024_V1.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.